

A. I. Nº - 233014.0063/06-6
AUTUADO - E H DOS SANTOS
AUTUANTE - WILSON APARECIDO OLIVEIRA BASTOS
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 29. 11. 2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0372-01/07

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME (DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE). ENTRADAS NÃO DECLARADAS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Ficou demonstrado que o autuado declarou um valor total, no exercício de 2006, menor do que o efetivamente existente nas notas fiscais de entradas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 08/08/2007, traz a acusação de omissão de entradas de mercadorias nas Informações Econômico-Fiscais, apresentadas através da DME - Declaração do Movimento Econômico de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-, no exercício de 2006, sujeitando-se à multa no valor de R\$ 4.556,76, equivalente a 5% sobre o valor de R\$ 91.135,26, conforme demonstrativo à fl. 06 dos autos.

O sujeito passivo em sua defesa, à fl. 11 e 12, alegou que o autuante solicitou a apresentação de todas as notas fiscais de entradas do exercício de 2006 e, após feita a verificação das mesmas, lavrou o presente Auto de Infração.

Alega o autuado que apresentou todas as notas fiscais e que em nenhum momento foi feito um levantamento de seu estoque. Dessa forma, o autuante lavrou o Auto de Infração baseado exclusivamente nas informações do DME, deixando de atentar para apresentação das notas fiscais.

Entende que, apesar de ter errado o preenchimento da DME, em relação à quantidade de mercadorias adquiridas, não omitiu informações quando intimado, pois apresentou as notas fiscais que serviram de base para o preenchimento da DME.

Solicita, por tudo que disse, o cancelamento do Auto de Infração por não haver omissão de entradas, pois, para serem apuradas as omissões de entradas e saídas de mercadorias, é necessário ser efetuado o levantamento de estoque para a verificação de existência ou não de documentos fiscais.

O autuante, a fl. 14, apresenta a Informação Fiscal, afirmando que o impugnante reconhece o erro no preenchimento da DME, com a quantidade de mercadorias adquiridas. Afirma que foi feito o levantamento através do confronto de todas as notas fiscais de compras relacionadas no demonstrativo em anexo com a DME, e verificou a omissão de entradas de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através da DME, cuja penalidade está prevista no art. 42, inciso XII-A da Lei 7.014/96.

Conclui mantendo a infração imputada ao autuado.

VOTO

O Auto de Infração, ora impugnado, traz a acusação de omissão de entradas de mercadorias nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através da DME – Declaração do Movimento Econômico de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

O autuante intimou o contribuinte e o mesmo apresentou todas as notas fiscais de compras das mercadorias que efetuou no exercício de 2006. O autuante relacionou as aludidas notas e apurou o total das aquisições no período, confrontou com o total das aquisições constantes na DME, e verificou que o valor total das notas fiscais apresentadas pelo autuando era maior do que o valor informado na DME. Dessa forma, identificou a existência de omissão de entradas de mercadorias no estabelecimento declaradas nas Informações Econômico-Fiscais, através da DME.

O autuado se limitou a afirmar que houve erro no preenchimento da DME, que forneceu todas as notas fiscais solicitadas e que a aludida omissão de entradas só poderia ser apurada através de um levantamento de estoques.

Não prosperam os argumentos do impugnante, uma vez que foi constatada, conforme demonstrativos às fls. 06 a 08 dos autos, a existência de mercadorias ingressadas no estabelecimento do autuado, durante o exercício de 2006, que não foram informadas na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME). Diante desse fato, atendendo ao que dispõe o art. 42, inciso XII-A da Lei 7.014/96, se aplicou corretamente a multa de 5% sobre o valor comercial das mercadorias entradas no estabelecimento sem a aludida informação.

Constato, portanto, que a acusação de que houve ingresso de mercadorias no estabelecimento do autuado sem a devida informação, através da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), não foi elidida, razão pela qual voto pela Procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **233014.0063/06-6**, lavrado contra **E H DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 4.556,76**, prevista no inciso XII-A do art. 42 da Lei 7014/96, e dos acréscimos moratórios, conforme estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÂNGELO MARIO DE ARAÚJO PITOMBO - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR